

JORNALISMO PÓS INTERNET A MÍDIA INDEPENDENTE COMO ESPAÇO INTERMEDIÁRIO¹

FABIO CYPRIANO²

Resumo

Este artigo aborda quatro coletivos que criaram agências de notícias, grupos de pressão e mesmo jornais que estão recriando as práticas jornalísticas dentro de uma condição que Harry Pross aponta como “espaço intermediário”. Esses coletivos não são necessariamente um contraponto à mídia hegemônica, e estão, muitas vezes, trabalhando em colaboração com ela. Por conta disso, elas se situam além do que John Downing denominou como “mídia radical alternativa”, um conceito criado no auge da visão “apocalíptica” dos meios de comunicação de massa, vistos como grandes manipuladores da informação. Preferindo se autodenominar “mídia independente”, eles consolidam o “espaço intermediário” como possibilidade de renovação.

Palavras-chave: Jornalismo. Espaço Intermediário. Harry Pross.

Abstract

This article addresses four collectives that created news agencies, pressure groups and even newspapers that are recreating journalistic practices within a condition that Harry Pross refers to as an “intermediate space”. These collectives are not necessarily a counterpoint to the hegemonic media, and are often working in collaboration with it. Because of this, they are located beyond what John Downing called “radical alternative media”, a concept created at the height of the “apocalyptic” vision of mass media, seen as great manipulators of information. Preferring to call themselves “independent media”, they consolidate the “intermediate space” as a possibility for renewal.

Keywords: Journalism. Intermediate Space. Harry Pross.

Toda a concepção da teoria da mídia desenvolvida por Harry Pross ocorre quando ainda não estava no panorama cultural o surgimento da internet e os meios de comunicação social eram vistos em dois campos polarizados: a chamada mídia hegemônica, composto pelos grandes conglomerados e veículos de comunicação com forte impacto social, e os grupos anti-hegemônicos, que John Downing denominou como “mídia radical alternativa” em seu livro definitivo nesta área. Tendo quase um impacto de guerrilha na comunicação, a mídia radical alternativa, mesmo que em alguns casos tenha conquistado certa repercussão, nunca se

¹Trabalho apresentado ao Grupo de Trabalho [10. Publicística: o presente e o futuro do jornalismo frente às atuais necessidades por comunicação], do VIII ComCult, Faculdade Paulus de Tecnologia e Comunicação (FAPCOM), São Paulo – Brasil, 16 a 18 de novembro de 2023]

² [livre-docente em Comunicação e Artes, professor associado no departamento de Comunicação da PUC-SP, cypriano@pucsp.br]

aproximou da mídia hegemônica. “O impacto da mídia radical alternativa precisa, portanto, ser dissociado das nossas suposições frequentemente axiomáticas sobre as audiências” (DOWNING, 2004: 41).

Se por um lado a teoria de Pross sobre a violência simbólica aponta o quanto a polarização é essencial para o papel coercitivo na sociedade, estabelecendo polos como acima e abaixo, dentro e fora, vertical e horizontal, ela também abre espaço para uma dimensão que escapa desses dois polos, que o professor alemão denomina como “espaço intermediário e intervalo de tempo” (PROSS, 1989: 55). Pross evoca a pesquisa histórica realizada por Arnold van Gennep sobre os “ritos de passagem” como forma cultural de superar impasses e crises.

Em 2023, nada poderia reforçar mais o conceito de que estar no alto (daí o conceito de “verticalismo”) é como uma forma simbólica de demonstrar poder. As viagens dos bilionários Jeff Bezos (Amazon) e Richard Branson (Virgin) à estratosfera, além das empreendidas pelo bilionário Elon Musk (Tesla) para o lançamento de centenas de satélites ao redor do globo são demonstrações literais de “conquista da vertical”. Essa corrida ao espaço aponta como o contexto da guerra fria do século 20 foi alterado para um panorama bastante distinto, “a era do capital improdutivo”, como define Ladislau Dowbor, com protagonismo de ricos e famosos e não mais de países.

No entanto, já em 1981, quando da publicação de *Zwänge. Essay über symbolische Gewalt* (Coerções. Ensaio sobre violência simbólica), Pross já constatava, partir de premissas ambientais, como existem espaços que funcionam como uma espécie de “terra de ninguém” (PROSS, 1989: 55) entre polarizações extremas, e elas se tornam um campo de exercício de liberdade e criatividade.

Se há um “lugar” que não existia quando Pross elaborou sua teoria, mas que rapidamente se configurou como “terra de ninguém” (em um primeiro momento), esse lugar é a Internet. As primeiras duas décadas do século 20 são caracterizadas por uma nova fase na história da comunicação, muito complexa sem dúvida, pois mesmo carregando a potência de uma utopia de democratização na produção de informação, ela também se tornou vítima do fenômeno das “fake news”, de polarizações exacerbadas e visibilidades de figuras radicalizadas que, nos seus extremos, representam a própria antítese de ideais democráticos: são vozes preconceituosas, que pregam o ódio e a mentira. Foi o que levou Umberto Eco (1932 – 2016) a expressar sua famosa constatação que as redes sociais deram voz a uma “legião de imbecis”, que antes

falavam apenas “em um bar e depois de uma taça de vinho, sem prejudicar a coletividade”, como expressou em 2015, ao receber o título de doutor honoris causa na Universidade de Turim³.

Mesmo assim, não teria sido esse ambiente virtual que também possibilitou novas práticas culturais, que jamais poderiam ser criadas nos meios tradicionais de comunicação, e que conquistaram uma expressividade que nenhuma mídia radical jamais alcançou?

São grupos e coletivos que criaram agências de notícias, podcasts e mesmo jornais a partir de custos muito abaixo do que seria necessário no século 20 para se chegar a um grande público. Dessa forma, essas práticas ocorrem a partir de uma nova condição, sem a formalidade e os limites de grandes instituições, mas também sem o caráter alternativo. Elas próprias se consideram como “independentes”.

Essa mídia estaria ocupando “um espaço e tempo intermediários” (Pross)? Seria ela uma espécie de transição entre a chamada mídia hegemônica e mídia radical alternativa, com a vantagem de conseguir circular nas duas? O objetivo aqui é apresentar quatro estudos de caso que apontam para como há um novo jornalismo em curso graças à utilização da internet como um espaço intermediário.

Caso 1: Vaza Jato – The Intercept Brasil

A operação Lava Jato realizada pela Polícia Federal do Brasil investigou crimes de corrupção ativa e passiva, gestão fraudulenta, lavagem de dinheiro, organização criminosa, obstrução da justiça, operação fraudulenta de câmbio e recebimento de vantagem indevida. Ela teve início em 17 de março de 2014 e contou com 80 fases operacionais autorizadas, entre outros, pelo então juiz Sergio Moro, durante as quais prenderam-se e condenaram-se mais de cem pessoas, tendo seu término em 1.º de fevereiro de 2021.

Envolta em polêmicas por conta de ações judiciais questionáveis, como quebras de sigilo telefônico e vazamentos para imprensa, investigação seletiva e prisões coercitivas, caracterizando uma prática de “lawfare” (uma forma de guerra por meio do Direito), o ápice da Lava Jato ocorreu com a prisão do ex-presidente Lula, em 7 de abril de 2018, que estava em

³ <http://www.observatoriodaimprensa.com.br/jornal-de-debates/as-duas-faces-de-umberto-eco/>

primeiro lugar nas pesquisas eleitorais para presidência. Ao vencer, o então candidato Jair Bolsonaro anunciou Moro como ministro da Justiça, o que já aponta para a parcialidade do juiz. Preso por 580 dias, Lula foi solto em 8 de novembro de 2019, graças a uma mudança de interpretação sobre prisão em segunda instância pelo Supremo Tribunal Federal. Em poucos meses, a mais alta corte brasileira acabou anulando os processos contra Lula considerando o juiz Sérgio Moro como suspeito nas ações contra Lula.

Uma das principais razões para o Supremo ter revisto sua posição foi o vazamento das conversas do grupo de procuradores da Lava Jato com o juiz Moro realizados pelo aplicativo Telegram, apontando para práticas inconstitucionais de conluio entre quem investigou e quem julgou Lula.

Esse vazamento teve início em 9 de junho de 2019, através de *The Intercept Brasil*, fundada em 2016, uma agência de notícias online e de livre acesso composta por cerca de 30 jornalistas, na época sob a coordenação do norte-americano Glenn Greenwald, com renome mundial por ter revelado os programas secretos de vigilância global dos Estados Unidos a partir do vazamento de informações de Edward Snowden, um ex-agente da CIA, em 2013.

De forma inédita, o *The Intercept Brasil* decidiu não divulgar sozinho o conteúdo das conversas a que teve acesso por meio do hacker Walter Delgatti Neto, um estudante de Direito em Araraquara (SP), que se considerava fã da Lava Jato e invadiu a conta do procurador Deltan Dallagnol no Telegram.

Ao contrário da prática jornalística da mídia hegemônica, o *The Intercept Brasil* optou por criar um pool, que envolveu grandes veículos como *Folha de S. Paulo*, *Veja*, *El País*, *Correio Brasiliense* e outras agências independentes como *Buzzfeed News*, e todos eles divulgaram distintos trechos das conversas. Dessa forma, reverteu-se uma das principais características do chamado campo jornalístico, como define Pierre Bourdieu, que é o “furo”, marca essencial nas lutas arbitradas por índices de audiência (BOURDIEU, 1997: 69). É um passo imenso na transformação do jornalismo: um feito isolado e individual como o furo passa a ser exercido por um esforço coletivo que privilegia a repercussão mais ampla.

Assim, os jornalistas deste pool de veículos trabalharam em conjunto, em um local no Rio de Janeiro, como revelou a jornalista Letícia Duarte no livro *Vaza Jato: Os bastidores das reportagens que sacudiram o Brasil*. Para Harry Pross, espaços intermediários, por sua condição de “terra de ninguém”, conseguem ser verdadeiros “lugares de encontro” (PROSS,

1989: 56) já que eles não trabalham com ordens fixas e, portanto, são mais maleáveis que instituições e situações consolidadas. É impensável, de fato, que jornalistas da *Veja* trabalhassem na sede da *Folha* e vice-versa.

Ao mesmo tempo, graças a essa ação conjunta, o vazamento ganhou maior legitimidade, pois foi checado e conferido por profissionais de distintos meios de comunicação, alguns que até então haviam participado acriticamente da cobertura da própria Lava Jato.

Assim, graças ao pool de veículos, a Vaza Jato conquistou grande legitimidade e se tornou um momento decisivo na criação de uma narrativa de desconstrução da ação de Moro e Dallagnol, abrindo espaços para os juízes do Supremo reverem suas posições.

Caso 2: Pandora Papers - Consórcio Internacional de Jornalistas Investigativos

O Consórcio Internacional de Jornalistas Investigativos (ICIJ – a sigla segue o nome em inglês) é uma rede de cerca 280 jornalistas investigativos, muitos trabalhando em jornais de grande circulação como *The Guardian* e *The New York Times*, em mais de cem países. Essa rede tem, entre seus objetivos, servir como repositório para grandes vazamentos. Por agregar jornalistas de vários países, o ICIJ permite uma troca ágil de informações e checagem, imprescindíveis na era das fake news. A organização subsiste através de doações, mesmo caso do *The Intercept Brasil*.

Trata-se de mais um excelente caso de espaço e tempo intermediários nos meios de comunicação, já que é uma estrutura fluida que não se baseia em veículos, mas em pessoas. Como todos têm acesso a uma mesma informação, isso faz com que seja difícil para as empresas jornalísticas evitarem a publicação, invertendo assim a ordem natural de decisões desses veículos.

Foi o que ocorreu com o conjunto de matérias denominadas Pandora Papers, fruto de um vazamento de documentos inéditos que revelaram como mais de 330 políticos e funcionários públicos de 90 países guardam dinheiro em paraísos fiscais. A partir de documentos vazados obtidos pelos mais de 600 profissionais de 150 organizações jornalísticas em 117 países e territórios, foram investigados proprietários de *offshores* em paraísos fiscais. Integraram o projeto no Brasil a revista *piuí*, os sites *Poder360* e *Metrópoles* e a *Agência Pública*. Este caso é considerado o mais abrangente de vazamento de dados, com um total de 11,9 milhões de documentos.

Uma das revelações mais escandalosas no caso brasileiro foi que o ministro da Economia do país, Paulo Guedes, possui uma offshore milionária nas Ilhas Virgens Britânicas e que suas decisões afetam seus rendimentos, como explica a reportagem de Allan de Abreu e Ana Clara Costa⁴. Segundo o jornalista, a apuração levou dez meses, já que os dados foram recebidos em dezembro de 2020 e divulgados apenas no dia 3 de outubro de 2021.

A repercussão da divulgação foi ampla, pois políticos de distintos países surgiram nas revelações, caso do presidente do Chile, Sebastián Piñera, que teria realizado uma operação suspeita de 152 milhões de dólares nas Ilhas Virgens Britânica, o que deu início a uma investigação formal da Procuradoria-Geral do Chile⁵.

Novamente, a internet se torna o ambiente perfeito para que investigações dessa magnitude ocorram, em uma rede horizontal de colaboração, uma nova prática cultural no competitivo campo jornalístico.

Caso 3: Caso K – Agência Pública

Fundada em 2011 por repórteres mulheres, a *Pública* pode ser considerada a primeira agência de jornalismo investigativo sem fins lucrativos do Brasil, tendo como princípio a defesa dos direitos humanos.

Todo seu conteúdo é de acesso gratuito online e, assim como *The Intercept Brasil* e ICIJ, ela funciona a partir de doações. Parte do conteúdo é ainda divulgado em plataformas mais amplas, como o *UOL* e a *Folha de S. Paulo*.

Em abril de 2021, a Pública iniciou uma série de reportagens sobre Samuel Klein (1923 – 2014), fundador das Casas Bahia, que durante anos teria praticado crimes sexuais, tanto no ambiente de trabalho como em suas residências, incluindo menores de idade. A série de matérias foi chamada Caso K⁶.

⁴ Publicada em 3/10/2021, acessível em <https://piaui.folha.uol.com.br/paulo-guedes-tem-offshore-milionaria-em-paraiso-fiscal/>

⁵ <https://www.poder360.com.br/internacional/procuradoria-do-chile-vai-investigar-revelacao-do-pandora-papers-sobre-pinera/>

⁶ Publicado em 15/04/2021, acessível em <https://apublica.org/2021/04/as-acusacoes-nao-reveladas-de-crimes-sexuais-de-samuel-klein-fundador-da-casas-bahia/>

O que é relevante de se notar aqui é como a Pública trata de casos deste tipo sem buscar sensacionalizar a história das mulheres abusadas visando conquistar maior público, o que é o padrão nos grandes veículos. Ao contrário, procura-se respeitar as vítimas em um processo que busca não “revitimizá-las”, um novo e importante conceito, que busca evitar que pessoas que passaram por situações difíceis precisem revivê-las muitas vezes. Um exemplo disso na prática hegemônica é o documentário João de Deus (2020), produzido pela TV Globo, no qual vítimas do famoso médium são reunidas e recontam suas histórias, muitas vezes às lágrimas, em uma visível exploração do sofrimento humano.

No caso da Pública, há uma série de procedimentos para contatar as “sobreviventes”, termo utilizado no lugar de vítima, revelando aqui uma estratégia linguística para empoderar quem passou por casos deste tipo. E é sobre essa perspectiva que interessa observar neste terceiro estudo de caso: sobre a necessidade de se criar formas de comunicação empáticas com suas fontes, o que vai contra o padrão autoritário dos grandes veículos. Relatar as histórias de mulheres que passaram como sobreviventes de violência sexual é muito mais respeitoso do que as considerar vítimas.

E esse tipo de procedimento já está sendo internalizado até mesmo por grandes veículos como o portal UOL, que em sua área dedicada a questões femininas, o Universa, criou um manual para cobertura de casos de violência sexual, que defende:

“A construção de uma reportagem sobre violência de gênero precisa ser atenta para não revitimizar a mulher, subestimá-la ou permitir que sua história ou memória sejam atacadas. Também é importante contextualizar o caso, apontando a desigualdade entre gêneros como o grande fator por trás da violência contra a mulher. Por fim, temos que indicar os caminhos para a denúncia, a prevenção e o acolhimento das vítimas.”⁷

Por aí se percebe como um debate cultural essencial que começa em espaços intermediários, como a Pública, alcança veículos da mídia hegemônica, que sem dúvida precisou ficar mais atenta à questão da cobertura sobre violência sexual após a explosão do #metoo. O movimento surgiu após a divulgação de casos de abuso sexual do produtor de Hollywood Harvey Weinstein,

⁷ O manual está acessível em <https://www.uol.com.br/universa/noticias/redacao/2020/11/25/manual-universa-de-jornalismo-e-a-luta-contr-a-machismo-que-mata-mulheres.htm>

em 2017, que rapidamente chegou a receber mais de 80 denúncias. Em 2020, ele já estava condenado a 25 anos de prisão.

Caso 4 – Fórum de Direito de Acesso a Informações Públicas

Nesse último estudo de caso, vamos analisar não uma única história de trabalho jornalístico com imensa repercussão social, como vimos até agora, mas uma coalisão na sociedade civil que conseguiu implementar no Brasil a Lei de Acesso à Informação, em 2012, um dos instrumentos mais importantes para a fiscalização do poder público, já que, desde sua implementação, tanto grandes veículos como a mídia independente conseguem publicar informações que até então ficavam restritas à boa vontade dos governantes.

Para se ter uma dimensão do alcance da lei, só durante o governo Bolsonaro, em pesquisa do site Poder 360, que analisou do início da gestão até 26 de outubro de 2022, foram solicitados 420.951 pedidos de informação, sendo concedidos de forma positiva 327.721 acessos⁸. Isso representa que houve acesso concedido a 77,9% das solicitações, mas que não é muito distinta das gestões anteriores: Temer (2016 – 2018) respondeu positivamente a 78,7% dos pedidos e Dilma Rousseff (2012 – 2016) a 78,3% dos pedidos. Com isso, de acordo com o texto do Poder 360, desde que a lei foi implantada houve 1,2 milhão de pedidos de acesso.

Entre os exemplos importantes do uso da lei estão as reportagens publicadas pelo jornal O Globo, em 2016, que denunciou casos em que centenas de órgãos e tecidos humanos, que seriam usados em transplantes, foram perdidos por falta de transporte público imediato. Segundo matéria do jornal Brasil de Fato, “o episódio fez com que o governo federal editasse uma medida para que aeronaves da Força Aérea Brasileira (FAB) ficassem permanentemente de prontidão para atender esse tipo de emergência em qualquer parte do país, em tempo integral”⁹.

O que conecta a aprovação desta lei aos espaços intermediários de Pross é que sua aprovação foi capitaneada por uma organização da sociedade civil, o Fórum de Direito de Acesso a

⁸ Acesso pelo site <https://www.poder360.com.br/brasil/negativas-de-lei-de-acesso-ficam-em-87-sob-bolsonaro/> em 23/10/2023.

⁹ Reportagem disponível em <https://www.brasildefato.com.br/2022/05/19/lei-de-acesso-a-informacao-criou-cultura-da-transparencia-mas-ainda-sofre-obstaculos#:~:text=Em%202016%2C%20uma%20s%C3%A9rie%20de,de%20transporte%20p%C3%BAblico%20a%C3%A9reo%20imediato.> Acesso em 23/10/2023

Informações Públicas, criado há 20 anos, feito este que foi celebrado na PUC-SP em 29 de setembro¹⁰.

O Fórum foi criado em setembro de 2003, por ocasião do I Seminário Internacional sobre Direito de Acesso a Informações Públicas, promovido pela Associação Brasileira de Jornalismo Investigativo (Abraji), em Brasília. O propósito era “unir esforços para que o debate sobre o tema fosse mais presente na sociedade e no Congresso Nacional, onde alguns projetos de lei para regulamentar o inciso XXXIII do art. 5º da Constituição Federal já tramitavam”¹¹.

Isso significa que a Constituição de 1988 previa já que “todos têm direito a receber dos órgãos públicos informações de seu interesse particular, ou de interesse coletivo ou geral, que serão prestadas no prazo da lei, sob pena de responsabilidade, ressalvadas aquelas cujo sigilo seja imprescindível à segurança da sociedade e do Estado”. Contudo, sem uma lei que regulamente esse preceito, não havia como se garantir o direito. Foi a partir dessa necessidade que o Fórum foi criado, trabalhando por oito anos para sua regulação, sancionada pela presidente Dilma Rousseff em 18 de novembro de 2011.

De certa forma, o jornalista Mário Magalhães teve um papel importante neste processo pela série de matérias¹² sobre o que era conhecido como “sigilo eterno”, resultado de um decreto do presidente Fernando Henrique Cardoso, em 2002, quatro dias antes de encerrar seu segundo mandato. “Esse decreto ampliava os limites de sigilo de todas as categorias de papel produzidos pelo Governo Federal, que passavam a ser de 50 anos, mas podiam ser prorrogadas indefinidamente”, explicou o jornalista Fernando Rodrigues no evento de 20 anos do Fórum na PUC-SP. A partir daí, no encontro da Abraji alguns meses depois, acadêmicos como Fernando Oliveira Paulino, professor da UnB, Marcelo Beraba, que há 20 era o presidente da Abraji e Fernando Rodrigues criaram uma mobilização que chegou à lei aprovada em 2011.

Entre os principais membros do Fórum estão a própria Abraji, Ajor (Associação de Jornalismo Digital), ANDI – Comunicação e Direitos, Fenaj (Federação Nacional dos Jornalistas),

¹⁰ A transmissão do evento pela TV PUC está disponível em <https://www.youtube.com/watch?v=ZwGuBNGCjF8>

¹¹ De acordo com o site oficial do Fórum: <https://informacaopublica.org.br/o-forum/>. Acesso em 23/10/2023.

¹² O primeiro texto foi publicado em 20/4/2003: <https://www1.folha.uol.com.br/fsp/brasil/fc2004200310.htm> acesso em 23/10/2023

Transparência Brasil, Instituto de Estudos Socioeconômicos (Inesc), e Jeduca (Associação de Jornalismo de Educação).

Assim como “cada meio cria seu próprio entorno”, para a teoria da comunicação ecológica de Pross podemos afirmar que o inverso também é possível: o entorno ajuda a criar o meio. Nesses quatro casos analisados percebemos como ações originadas fora dos meios de comunicação tradicional, em um espaço intermediário, conseguiram trazer novos elementos a esses meios que precisaram se atualizar e mesmo se rever. No caso da Vaza Jato, tanto a revista Veja como a Folha de S. Paulo, entre outros, admitiu tomar parte de um pool de colaboração, que derrubou não só uma das principais marcas do jornalismo, como o furo, mas também fez esses veículos reverem sua postura em relação aos procedimentos da Lava Jato.

Já o Fórum de Direito de Acesso a Informações Públicas conquistou uma nova ferramenta para todo o sistema de comunicação, que inclusive pode ser utilizado por todo cidadão, a partir de uma organização com profissionais da comunicação que, mesmo nos grandes meios de comunicação e na academia, se organizaram de forma independente.

Questionamento de práticas estabelecidas como o furo, trabalho em rede e colaboração e atenção à linguagem fazem parte da renovação cultural do jornalismo. Elas só puderam emergir a partir de novas práticas engendradas em espaços intermediários que, como já apontava Pross, é onde “o sujeito se renova de forma distinta à habitual” (PROSS, 1989: 56)

Referências

- DOWNING, D. H. John. **Mídia Radical: rebeldia nas comunicações e movimentos sociais**. São Paulo: Senac, 2004.
- DUARTE, Letícia. **Vaza Jato: Os bastidores das reportagens que sacudiram o Brasil**. Rio: Mórula, 2020.
- PROSS, Harry. **La violencia de los símbolos sociales**. Barcelona: Anthropos, 1989.
- PROSS, Harry & ROMANO, V. **Atrapados em la red mediática. Orientación em la diversidad**. Hondarribia: Argitaletxe HIRU, 1999.